



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

157

HABEAS CORPUS Nº 0011739-68.2013.8.17.0000 (0319118-2)

COMARCA: Recife – 4ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE: José Carlos Nobre Pessoa
PACIENTE: Moisés Medeiros de Souza
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE HOMICÍDIO TENTADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

I – Denotou-se à evidência que o Decreto Constritor Preventivo resultou concretamente fundamentado na garantia da ordem pública e na aplicação da lei penal, em razão da gravidade concreta do crime em tela, da sua motivação, da periculosidade social da paciente, extraída do *modus operandi* do suposto delito, que teria sido motivado por discussão banal, não se consumando o crime por que a vítima correu do agressor, depois de receber seis facadas no abdômen e nas costas, e foi socorrida com terceiros com presteza.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus nº 00011739-68.2013.8.17.0000 (0319118-2), no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 24 de setembro de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

Relator Substituto



149

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0011739-68.2013.8.17.0000 (0319118-2)

COMARCA:	Recife/PE – 4ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE:	José Carlos Nobre Pessoa
PACIENTE:	Moisés Medeiros de Souza
PROCURADORA:	Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR SUBSTITUTO:	Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* com pedido liminar impetrado por José Carlos Nobre Pessoa, Advogado, com fundamento no art. 5º, LXVIII, da CF, c/c arts. 647 e seguintes, do CPP, em favor de **MOISÉS MEDEIROS DE SOUZA**, qualificado à fl. 02, apontando como autoridade coatora o Juízo da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Recife/PE, nos autos da **Ação Penal nº 0057228-28.2013.8.17.0001**, a que o Paciente responde, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, caput c/c art. 14, II, todos do Código Penal (*homicídio tentado*).

Em resumo, sustenta o Impetrante (fls. 02/15) que o Paciente sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, ante a ausência de fundamentação concreta do Decreto Preventivo, acrescentando que este não apresenta qualquer fundamentação idônea para a manutenção da custódia do Paciente. Afirma também estarem assentes as condições pessoais favoráveis da residência fixa (fl. 04), trabalho certo, primariedade e bons antecedentes, pelo que persegue sua revogação.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 16/78.

Na Decisão Interlocutória de fls. 85/86, foi Indeferido o pleito liminar, ocasião em que foram solicitadas informações à autoridade tida coatora, que as prestou (fl. 93), relatando o trâmite processual, além de instruí-las com os documentos de fls. 94/116.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou Parecer, opinando pela **denegação da ordem** (fls. 120/125).

Na Petição de fl. 128 o Bel. José Carlos Nobre Pessoa apresentou sua Renúncia ao patrocínio da causa por motivo de foro íntimo.



150

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

No Despacho de fl. 130, determinei a intimação do Causídico Dr. José Carlos Nobre Pessoa para que no prazo máximo de 05 dias fizesse prova de que cientificou o Paciente para a nomeação do seu substituto, nos termos do art. 45 do CPC, tendo sido devidamente intimado de tal Despacho (fl. 134). Entretanto, do que se afere da Certidão de fl. 135, o Impetrante não se manifestou.

Depois do retorno dos autos conclusos, foi realizada pesquisa no sistema Judwin de 1º Grau (fl. 140) e verificou-se que nos autos originários, de nº 0057228-28.2013.8.17.0001, foi constituído um novo patrono, o Bel. **Sandro Vilar Silveira Duarte**, OAB/PE Nº 20.874, já havendo inclusive atuado nos autos quando da apresentação de Alegações Finais. No Despacho de fl. 138 determinei a intimação do novo advogado para que este acompanhe o andamento do presente *mandamus*.

Contudo, de acordo com a Certidão de fl. 144, o causídico **deixou de ser intimado** por não ter sido encontrado no endereço informado, endereço que, inclusive, é o mesmo que consta no setor de cadastro da OAB/PE, conforme informado pela servidora Graça, e também por que o número de telefone constante do mandado informa que "é impossível completar a chamada".

É o relatório.

Recife, 24 de 7 de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



151

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0011739-68.2013.8.17.0000 (0319118-2)

COMARCA: Recife/PE – 4ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE: José Carlos Nobre Pessoa
PACIENTE: Moisés Medeiros de Souza
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Como relatado, cuida-se de *Habeas Corpus* impetrado em favor de **MOISÉS MEDEIROS DE SOUZA**, mediante o qual se alega ausência de fundamentação concreta do Decreto Preventivo, acrescentando que este não apresenta qualquer fundamentação idônea para a manutenção da custódia do Paciente e alegando a existência de condições pessoais favoráveis, pelo que persegue sua revogação.

Razão não assiste ao Impetrante.

Narra a Denúncia (fls. 94/96) que, no dia **14/07/2013**, por volta das 22h30min, na Avenida Raimundo Diniz, no interior do "Bar do Marcelo", próximo à delegacia, bairro do Ipsep, o denunciado **MOISÉS MEDEIROS DE SOUZA** efetuou vários golpes de faca que atingiram a região do abdômen e costas da vítima **WELLINGTON JORGE DE CARVALHO ESTEVES**, ocasionando os ferimentos descritos no laudo de atendimento médico, somente não se consumando o homicídio por circunstâncias alheias a sua vontade.

Ainda segundo a Inicial Acusatória, a vítima se encontrava no endereço acima descrito, sentado em uma cadeira, quando o denunciado, Imbuído de "animus necandi" e de forma a impossibilitar a defesa da vítima, munido de arma branca do tipo faca, desferiu contra a vítima cerca de seis golpes na região do abdômen e das costas, não tendo o acusado consumado seu intento homicida pelo fato de que a vítima conseguiu correr e entrar no bar, sendo imediatamente socorrida pelos presentes e encaminhada a pronto-socorro médico.



152

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Segundo a Preambular Ministerial, a motivação do crime decorre de divergências anteriores entre o denunciado e a vítima, por culpa de discussões causadas pelo fato de que o acusado estava, em um outro dia, fazendo "barulho alto" próximo a vítima, ocasião em que o denunciado, em ímpeto de raiva, invadiu a residência daquela, tendo o mesmo, após isso, ameaçado constantemente a vítima, culminando todas essas divergências no crime em tela, configurando assim, a futilidade da ação delituenta.

Vejamos.

De início, é de se ressaltar que o *writ* não foi instruído com cópia do Inquérito Policial, mas, diversamente do alegado pelo Impetrante, os termos da Decisão que converteu a Prisão em Flagrante em Preventiva (fls. 97/99) são bastantes para demonstrar os indícios da autoria delituenta atribuída ao ora Paciente.

Por outro lado, observa-se que o Togado singular, após mentonar sinteticamente a narrativa do Auto de Prisão em Flagrante, fundamentou a necessidade da constrição cautelar na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, nestes termos (fl. 98):

"(...) Sabe-se que a prisão preventiva poderá ser decretada em quatro circunstâncias que configuram o *periculum in mora* para a segregação acautelatória, quais sejam, para garantir a ordem pública, como garantia da ordem econômica, pela conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

***In casu*, a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria contidos nos autos constituem a fumaça do bom direito para a segregação provisória.**

Vê-se que a materialidade está presente nos depoimentos constantes na peça flagrantial, notadamente aquele prestado a f. 5/6, o qual - além de apresentarem indícios suficientes de que o flagranteado teria praticado a tentativa de homicídio cruenta de WELLINGTON JORGE DE CARVALHO ESTEVES.



153

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Desse modo, a prisão em flagrante deve ser convertida em preventiva, para garantir a incolumidade da ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, posto que, *in casu*, as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319, do Código de Processo Penal, se revelam inadequadas e insuficientes à prevenção e à repressão do crime em tela, razão pela qual são inaplicáveis.

Nessa senda, reportando-me a **dados reais de cautelaridade, bem assim considerando a gravidade concreta do crime em tela; sua motivação; o risco de reiteração criminosa** (STF - HC 102098/SP); **bem como a real possibilidade de fuga** (STF - HC 105043/SP), com base nos arts. 310, II e ss. do CPP, e no entendimento consolidado no Tribunal da Cidadania e na Corte Suprema, **converto a prisão pré-processual de Moises Medeiros de Souza em preventiva**, devendo ser expedido o respectivo mandado de prisão e encaminhado para onde de direito."

Portanto, resultou concretamente fundamentada a medida excepcional, impondo-se a sua manutenção, em face da **gravidade concreta do crime em tela; sua motivação; o risco de reiteração criminosa, para a garantia da ordem pública** (RHC 49.980/ES, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 26/08/2014), como assinalado pelo Togado monocrático, por relevarem **concreta gravidade da conduta e periculosidade do agente** (RHC 46.384/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 19/08/2014), mormente em se tratando de uma tentativa de homicídio causada por discussão banal e precedida por ameaças do ora Paciente à vítima.

Portanto, **inviável a pretendida revogação da custódia cautelar**, de modo que, diante da comprovada necessidade da segregação excepcional, a existência eventual de **condições pessoais favoráveis** não a elide, assegurando, isoladamente, a liberdade (HC 252.648/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 03/02/2014; e **Súmula 086-TJPE**).

Em face do mesmo argumento, mostra-se **incabível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da**



154

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal


prisão, previstas no art. 319, do CPP, segundo dicção do art. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual¹.

Ante o exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

Tendo em vista a Renúncia do Impetrante, como aduzido no Relatório, enviem-se os autos à Douta Defensoria Pública para tomar ciência da presente Decisão e intime-se o Paciente do **Decisum**.

É como voto.

Recife 24 de set de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto

¹ CPP, Art. 282. § 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).